

# Lajeado Energia S.A.

CNPJ/MF nº 03.460.864/0001-84



## **Senhores Acionistas:**

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>ATIVO</b>											
<b>Circulante</b>						<b>PASSIVO</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	43.296	185.371	305.114	443.373	<b>Circulante</b>					
Títulos a receber	6	651	707			Fornecedores	18	18.537	22.253	11.893	12.733
Concessionárias	5	71.451	75.864	72.267	76.793	Debêntures	19	738	154.339	738	154.339
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	8	4.491	3.167	12.720	6.141	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	20			9.435	10.393
Outros tributos compensáveis	8	10.711	8.617	22.854	18.296	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	8	136.314	128.096	136.314	128.096
Dividendos a receber	11	25.378	27.840			Outros tributos a recolher	8	12.768	13.309	22.743	24.162
Estoques	13			8.397	8.275	Dividendos	11	222.943	227.830	235.146	240.944
Prêmio de risco - GSF	12	2.701	2.702	2.749	2.750	Benefícios pós-emprego	21			80	60
Rendas a receber	7			3.703	3.402	Uso do bem público	22			8.274	8.003
Outros créditos	14	6.548	3.637	7.475	4.466	Provisões	23			9.705	5.411
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>165.227</b>	<b>307.905</b>	<b>435.279</b>	<b>563.496</b>	<b>Outras contas a pagar</b>	14	10.094	5.954	13.501	9.475
<b>Não circulante</b>						<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>401.394</b>	<b>551.781</b>	<b>447.829</b>	<b>593.616</b>
Títulos a receber	6	7.947	7.677			<b>Não circulante</b>					
Prêmio de risco - GSF	12	8.780	11.481	8.936	11.685	Debêntures	19	153.568	199.710	153.568	199.710
Outros créditos	14	685	686	5.847	2.972	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	20			89.900	86.852
		<b>17.412</b>	<b>19.844</b>	<b>14.783</b>	<b>14.657</b>	PIIS e COFINS diferidos	9	2	1	32	26
Investimentos	15	927.296	966.933			Imposto de renda e Contribuição social diferidos	9	23.498	25.261	45.480	51.352
Imobilizado	16		689	892.898	921.361	Benefícios pós-emprego	21			1.459	1.227
Intangível	17	171.646	187.469	451.829	483.841	Uso do bem público	22			60.633	62.887
		<b>1.098.942</b>	<b>1.155.091</b>	<b>1.344.727</b>	<b>1.405.202</b>	Provisões	23	904	1.519	33.293	19.924
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>1.116.354</b>	<b>1.174.935</b>	<b>1.359.510</b>	<b>1.419.859</b>	Outras contas a pagar	14	866	664	3.263	1.838
						<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>178.838</b>	<b>227.155</b>	<b>387.628</b>	<b>423.816</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>											
Capital social	24.1					Capital social	24.1	6.868	6.868	6.868	6.868
Reservas de capital	24.3					Reservas de capital	24.3	579.203	579.203	579.203	579.203
Reservas de lucros	24.3					Reservas de lucros	24.3	114.823	117.335	114.823	117.335
Outros resultados abrangentes						Outros resultados abrangentes	455	498	455	498	498
<b>Total do Patrimônio líquido</b>						<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>701.349</b>	<b>703.904</b>	<b>701.349</b>	<b>703.904</b>
Participações não controladoras						Participações não controladoras				257.983	262.019
<b>Total do Patrimônio líquido e Participações dos acionistas não controladores</b>											
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.281.581</b>	<b>1.482.840</b>	<b>1.794.789</b>	<b>1.983.355</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.281.581</b>	<b>1.482.840</b>	<b>1.794.789</b>	<b>1.983.355</b>

DEMONSTRAÇÕES DOS I

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023	2024	2023		Nota	2024	2023	2024	2023
<b>Receitas</b>	25	<b>722.610</b>	<b>747.889</b>	<b>773.718</b>	<b>808.943</b>	<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Custo da produção e do serviço de energia elétrica</b>	26	(87.963)	(91.331)	(89.061)	(92.386)	Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		507.138	503.862	533.263	563.391
Custo do serviço de energia elétrica						Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Custo de operação		(109.629)	(135.645)	(71.290)	(63.730)	Títulos a receber - variações monetárias e AVP		(1.567)	(1.106)		
<b>Lucro bruto</b>		<b>(197.592)</b>	<b>(226.976)</b>	<b>(160.351)</b>	<b>(156.116)</b>	Depreciações e amortizações		44.778	44.738	87.952	85.427
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>	26					Encargos de dívidas, variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e débêntures e AVP		34.965	49.418	58.319	69.228
Despesas gerais e administrativas		(48.653)	(49.279)	(57.899)	(59.163)	Uso do bem público - atualização monetária e AVP				6.112	2.409
Outras despesas e receitas operacionais		11	(1.356)	(178)	(4.214)	Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	32	46	5.597	5.877	
<b>Resultado das participações societárias</b>	15	42.324	66.584			Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			1.803	892	
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>		<b>518.700</b>	<b>536.862</b>	<b>555.290</b>	<b>589.450</b>	Resultado de participações societárias		(42.324)	(66.584)		
<b>Resultado Financeiro</b>	27					Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		2.504	2.600	2.453	2.551
Receitas financeiras		24.635	16.599	49.583	47.943	Amortização do prêmio de risco - GSF		2.702	2.702	2.702	2.702
Despesas financeiras		(36.197)	(49.599)	(71.610)	(74.002)	Outros		(735)	(329)	(2.467)	(948)
<b>Lucro antes dos tributos sobre o Lucro</b>		<b>507.138</b>	<b>503.862</b>	<b>533.263</b>	<b>563.391</b>	(Aumento) diminuição de ativos operacionais		<b>547.493</b>	<b>535.347</b>	<b>695.734</b>	<b>731.529</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	28					Concessionárias		4.413	(1.749)	4.526	(1.561)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(167.421)	(158.308)	(181.970)	(183.092)	Outros tributos compensáveis		(26.349)	(26.917)	(36.295)	(46.044)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.763	3.336	5.841	(6.782)	Rendas a receber				12.116	15.921
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>(165.658)</b>	<b>(154.972)</b>	<b>(176.129)</b>	<b>(189.874)</b>	Outros ativos operacionais		(2.994)	(4.250)	(5.915)	(4.713)
Atribuível aos acionistas controladores		<b>341.480</b>	<b>348.890</b>	<b>357.134</b>	<b>373.517</b>	(Aumento) diminuição de passivos operacionais		<b>(24.930)</b>	<b>(32.916)</b>	<b>(25.568)</b>	<b>(36.397)</b>
Atribuível aos acionistas não controladores		341.480	348.890	341.480	348.890	Fornecedores		(3.716)	(5.913)	(13.257)	(21.519)
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>	29					Outros tributos a recolher		16.230	18.876	16.230	18.876
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)						Provisões		(647)	994	(9.352)	(16.897)
ON		1,40913	1,43971	1,40913	1,43971	Uso do bem público				(8.095)	(8.321)
PNA		2,07985	2,12498	2,07985	2,12498	Outros passivos operacionais		2.631	(1.930)	7.198	(1.922)
PNB		1,40913	1,43971	1,40913	1,43971	<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<b>14.498</b>	<b>12.027</b>	<b>(7.276)</b>	<b>(29.783)</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						Imposto de renda e contribuição social pagos		(152.867)	(129.908)	(172.214)	(160.222)
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FÍNOS EM 31 DE DEZEMBRO</b>						<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>384.194</b>	<b>384.550</b>	<b>490.676</b>	<b>505.127</b>
(Em milhares de reais)						<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
						Dividendos recebidos		51.175	61.463		
						Adições ao Imobilizado e Intangível		(162)	(238)	(9.868)	(7.112)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		341.480	348.890	357.134	373.517	<b>Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de investimento</b>		<b>51.013</b>	<b>61.225</b>	<b>(9.868)</b>	<b>(7.112)</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>						<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado</b>						Títulos recebidos		1.352	1.724		
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				(91)	59	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(343.792)	(305.939)	(362.722)	(328.673)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	(43)	28				Captação de empréstimos e financiamentos		(261)		(261)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos				31	(21)	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos		(200.000)		(200.000)	
	(43)	28	(60)	38		Pagamentos de encargos de dívidas		(34.446)	(49.807)	(55.711)	(75.203)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>341.437</b>	<b>348.918</b>	<b>357.074</b>	<b>373.555</b>	Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(135)	(292)	(373)	(420)
Atribuível aos acionistas controladores		341.437	348.918	341.437	348.918	<b>Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento</b>	31.1	<b>(577.282)</b>	<b>(354.314)</b>	<b>(619.067)</b>	<b>(404.296)</b>
Atribuível aos acionistas não controladores				15.637	24.637	(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<b>(142.075)</b>	<b>91.461</b>	<b>(138.259)</b>	<b>93.719</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		43.296	185.371	305.114	443.373
						Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		185.371	93.910	443.373	349.654
								<b>(142.075)</b>	<b>91.461</b>	<b>(138.259)</b>	<b>93.719</b>
						As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

INTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## **EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	resultados abrangentes	acumulados	Contro-ladora	contro-ladores	Conso-lidado
	2024	2023	2024	2023									
<b>Geração do valor adicionado</b>			<b>830.588</b>	<b>851.127</b>	<b>897.212</b>	<b>925.672</b>	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>6.868</b>	<b>579.203</b>	<b>104.508</b>	<b>470</b>	-	<b>691.049</b>
Receita operacional			830.426	850.830	887.220	918.493	Dividendo adicional aprovado - AGO de 28/04/2023			(103.136)			(103.136)
Receita relativa à construção de ativos próprios			162	238	9.868	7.112	Dividendos destinados a não controladores					-	(11.959)
Outras receitas				59	124	67							(11.959)
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>			<b>(101.757)</b>	<b>(106.972)</b>	<b>(130.227)</b>	<b>(134.362)</b>	Lucro líquido do exercício				348.890	348.890	24.627
Custos da energia comprada			(18.208)	(28.839)	(18.329)	(29.007)	Partes beneficiárias				(34.889)	(34.889)	(34.889)
Encargos de uso da rede elétrica			(78.689)	(71.774)	(79.777)	(72.767)	Destinação do lucro						
Materiais			(12)	22	(6.933)	(5.218)							
Serviços de terceiros			(2.049)	(2.059)	(20.056)	(18.677)	Dividendos intermediários (JSCP)				(33.985)	(33.985)	(12.115)
Outros custos operacionais			(2.799)	(4.322)	(5.132)	(8.693)	Dividendos complementares				(164.053)	(164.053)	(164.053)
<b>Valor adicionado bruto</b>			<b>728.831</b>	<b>744.155</b>	<b>766.985</b>	<b>791.310</b>	Lucro do exercício a deliberar		<b>115.963</b>		(115.963)	-	-
<b>Retenções</b>							Outros resultados abrangentes						
Depreciações e amortizações			(44.778)	(44.738)	(87.952)	(85.427)							
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>			<b>684.053</b>	<b>699.417</b>	<b>679.033</b>	<b>705.883</b>	Equivalência patrimonial sobre outros resultados						
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>													
Receitas financeiras			28.743	20.688	55.144	53.903	abrangentes de subsidiárias				28	28	10
Resultado da equivalência patrimonial			42.324	66.584									
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>			<b>755.120</b>	<b>786.689</b>	<b>734.177</b>	<b>759.786</b>	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>6.868</b>	<b>579.203</b>	<b>117.335</b>	<b>498</b>	-	<b>703.904</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>													
Pessoal													
Remuneração direta			1.726	2.137	15.558	15.305							
Benefícios			319	533	3.391	3.498	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>6.868</b>	<b>579.203</b>	<b>117.335</b>	<b>498</b>	-	<b>703.904</b>
FGTS			168	109	1.159	1.202	Dividendo adicional aprovado - AGO de 29/04/2024						
Impostos, taxas e contribuições													
Federais			255.100	236.509	284.786	291.404	Dividendos destinados a não controladores						
Estaduais			2	1	326	496	Lucro líquido do exercício						
Municipais					155	113	Partes beneficiárias						
Remuneração de capitais de terceiros							Destinação do lucro						
Juros			36.197	49.599	71.610	74.002							
Aluguéis			120.128	148.911	58	249	Dividendos intermediários (JSCP)						
Remuneração de capital próprio							Dividendos complementares						
Juros sobre capital próprio			33.911	33.985	33.911	33.985							
Participações dos não controladores					15.654	24.627	Lucro do exercício a deliberar						
Dividendos			113.450	115.963	113.450	115.963	Outros resultados abrangentes						
Partes beneficiárias			34.148	34.889	34.148	34.889	Equivalência patrimonial sobre outros resultados						
			<b>595.149</b>	<b>622.636</b>	<b>574.206</b>	<b>595.733</b>	abrangentes de subsidiárias						
Lucros retidos			159.971	164.053	159.971	164.053					(43)	(43)	(16)
			<b>755.120</b>	<b>786.689</b>	<b>734.177</b>	<b>759.786</b>	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>6.868</b>	<b>579.203</b>	<b>114.823</b>	<b>455</b>	-	<b>701.349</b>

© 2023 Pearson Education, Inc.

Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2021, que institui a  
Infraestrutura da Chaves Públicas  
Brasileira - ICP-Brasil



**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento

**AUTENTICIDADE DA PÁGINA:** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publilegal.diariodenoticias.com.br/>

<http://www.primedigitalmedia.com>

...continuação

Lajeado Energia S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 1 Contexto operacional

A Lajeado Energia S.A. (Companhia, Lajeado ou Controladora), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo - SP, controlada da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), tem como principal objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza, preparação de estudos de viabilidade e projetos, promoção da construção, da operação e da manutenção de usinas de geração. A Companhia poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

A Companhia detém 73% do capital votante e 62,39% do capital total da Investco S.A. (Investco ou controlada), sociedade anônima de capital aberto que tem como objeto principal, a elaboração de estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizada nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 009-19 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

## 1.1 Concessão

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Companhia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado.

O Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado tem prazo de 35 anos contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1999, com vigência até 15 de janeiro de 2035, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5MW, representando uma potência total instalada de 902,5MW, uma potência assegurada de 823,5MW e uma garantia física de 479,5MW.

Em 28 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Autorizadora nº 12.255/2022 alterando o término da vigência da outorga de concessão da UHE Lajeado de 15 de janeiro de 2033 para 22 de setembro de 2035 que representa um acréscimo de 980 dias.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participação.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48MW e 2.877.660MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia deverão recorrer os agentes de mercado com os quais têm compromissos. Foi aprovado o oitavo termo aditivo ao contrato de concessão, com objetivo de adequar a energia assegurada que passará a ser de 3.836.880MWh/ano, após a revisão da garantia física através da Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado entre as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 7), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Como a Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, a Companhia e as demais consorciadas são responsáveis pelo pagamento do arrendamento para a Investco. O contrato de concessão não está no alcance do CPC 06 (R2) e segue avaliado como um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União quando do término do Contrato de concessão.

## 1.1.1 Uso do bem público

A Investco, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, atualizado em 31 de dezembro de 2024 de R\$8.071, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2024, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$68.907 (R\$70.890 em 31 de dezembro de 2023). Em caso de falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

## 1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&amp;D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

## 2 Base de preparação

## 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for compatível com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras e consolidadas.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e da controlada em continuar operando normalmente e está convencida de que ambas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e de sua controlada não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre suas capacidades de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia e de sua controlada em 25 de fevereiro de 2025.

## 2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

## 2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exato: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 30.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial (Nota 21).

## 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de sua controlada se baseia em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercício subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.8.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos próximos períodos, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Determinação da receita com arrendamento (Notas 7 e 25); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.8); Arrendamentos e Aluguel; Avaliação da utilidade útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 16 e 17); Provisões fiscais e cíveis (Nota 23.1); Provisão necessária para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 23.2) e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 30.1.2).

## 2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.6 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua controlada (Nota 15).

A Companhia controla a Investco e efetua a consolidação integral de suas demonstrações financeiras individuais.

Os principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada direta;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada;
- As datas das demonstrações financeiras da controlada utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia; e
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

## 2.7 Informações por segmento

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pela atividade de geração e comercialização da energia elétrica gerada pela UHE Lajeado por meio de contratos de médio e longo prazo e também junto à CCEE. Tal segmento concentrou em 2024 90% (89% em 2023) da receita operacional bruta consolidada.

## 2.8 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de sua controlada revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

## Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis exceto para Concessionárias (Nota 5). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

## Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil não será recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócios.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável nas controladas.

A Companhia monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade.

## 2.9 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

## 2.9.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Não existem novas normas e interpretações vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada.

Não existem novas normas e interpretações não vigentes que afetem a Companhia e sua controlada





...continuação

Lajeado Energia S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 19 Debêntures

## 19.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Moeda Nacional	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Controladora e Consolidado					
											31/12/2024	31/12/2023	Encargos Principal	Encargos Principal		
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	150.000	1	150.000	5ª emissão em 21/06/2021	21/06/2021 a 15/06/2027	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 0,90% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	738	153.779	154.517	2.689	150.000	152.689	
(-) Custos de emissão				(608)		21/06/2021 a 15/06/2027			Amortização mensal	(211)	(211)		(99)	(99)		
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	200.000	1	200.000	6ª emissão em 05/05/2022	05/05/2022 a 05/05/2025	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,45% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	-		-	1.749	200.000	201.749	
(-) Custos de emissão				(631)		05/05/2022 a 05/05/2025			Amortização mensal	-		-	(290)	(290)		
<b>Total geral</b>										<b>738</b>	<b>153.568</b>	<b>154.306</b>	<b>4.438</b>	<b>149.901</b>	<b>199.710</b>	<b>354.049</b>

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeira na demonstração de fluxo de caixa. As debêntures não possuem garantias.

## 19.2 Movimentação das debêntures no exercício

Circulante	Controladora e Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Amortização do custo de transação	Transferências
<b>Debêntures</b>						
Principal	150.000		(200.000)	(34.446)	50.000	-
Juros	4.438			30.746		738
Custo de transação	(99)				439	(340)
<b>Total</b>	<b>154.339</b>	<b>-</b>	<b>(234.446)</b>	<b>30.746</b>	<b>439</b>	<b>49.660</b>
<b>Não circulante</b>						
<b>Debêntures</b>						
Principal	200.000			(50.000)	3.779	153.779
Custo de transação	(290)		(261)	340	(211)	
<b>Total</b>	<b>199.710</b>	<b>(261)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(49.660)</b>	<b>3.779</b>
<b>19.3 Vencimento das parcelas</b>						
<b>Circulante</b>	Controladora e Consolidado					
	Vencimento					
<b>Circulante</b>						
2025					738	738
<b>Não circulante</b>						
2027					153.568	153.568
<b>Total</b>					<b>154.306</b>	<b>154.306</b>

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

- Para todas as emissões:
  - (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;
  - (ii) descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;
  - (iii) pedido de autofalência, liquidação, dissolução ou decretação de falência;
  - (iv) se a Emissora proponer plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
  - (v) transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
  - (vi) não destinação, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão em atividades lícitas e em desconformidade com as leis, regulamentos e normas relativas à proteção ao meio ambiente, ao direito do trabalho, segurança e saúde ocupacional, além de outras normas que lhe sejam aplicáveis em função de suas atividades;
  - (vii) rescisão, caducidade, encapaciação, intervenção, anulação, advento do termo final sem a devida prorrogação, ou qualquer outra forma de perda definitiva da Concessão; e
  - (viii) não observância, pela Companhia, do índice financeiro resultante da divisão Divida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,5 (três inteiros e cinco décimos).
- Especifica para a 5ª emissão:
  - (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia no mercado de capitais, local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$75.000, (setenta e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo vencimento antecipado;
  - (ii) protesto de títulos contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo protesto, exceto se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de conhecimento de tal protesto pela Companhia, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível;
  - (iii) intervenção ou interrupção das atividades da Companhia, por um período superior a 30 (trinta) Dias Úteis, (a) por revogação, suspensão ou extinção ou não renovação das autorizações, subvenções, alvarás ou licenças (excluindo as ambientais necessárias para o período de suas atividades); ou (b) em decorrência de arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra medida judicial que implique perda da propriedade ou posse direta da totalidade ou parte substancial dos ativos da Companhia;
  - (iv) revelarem-se falsas, incorretas ou incompletas (nestes dois últimos casos, em seus aspectos relevantes), quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitação aquelas relacionadas à Legislação Socioambiental e à Lei Anticorrupção, no momento em que foram prestadas;
  - (v) venda, cessão, locação ou alienação, pela Companhia, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, da totalidade ou parte relevante de seus ativos, exceto se, cumulativamente, (a) no curso normal de seus negócios; e (b) o montante envolvido não for superior a R\$75.000, de forma individual ou agregada, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores à respectiva venda, cessão, locação ou alienação, e (c) de forma que não afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Companhia;
  - (vi) inadimplemento, pela Companhia, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento; e
  - (vii) inadimplemento, pela Companhia, de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$75.000, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, pela Companhia, de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral; e
  - Especifica para a 6ª emissão:
    - (i) de capital, local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo vencimento antecipado; ou
    - (ii) protesto de títulos contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo protesto, exceto se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de conhecimento de tal protesto pela Companhia, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível;
    - (iii) venda, cessão, locação ou alienação, pela Companhia, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, da totalidade ou parte relevante de seus ativos, exceto se, cumulativamente, (a) no curso normal de seus negócios; e (b) o montante envolvido não for superior a R\$100.000, de forma individual ou agregada, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores à respectiva venda, cessão, locação ou alienação, e (c) de forma que não afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Companhia;
    - (iv) inadimplemento, pela Companhia, de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, pela Companhia, de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral; e
    - (v) inadimplemento, pela Companhia, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento; e

## 20 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

## 20.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Característica	Moeda nacional	Consolidado											
		31/12/2024	31/12/2023	Encargos	Principal	Encargos	Principal	31/12/2024	31/12/2023	Encargos	Principal	31/12/2024	31/12/2023
Característica	Característica	Forma de pagamento	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante
Ações recebíveis preferenciais resgatáveis cumulativa "A", "B" e "C"		Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão	9.435	30.528	59.372	99.335	10.393	32.231	54.621	97.245			
<b>Total</b>			<b>9.435</b>	<b>30.528</b>	<b>59.372</b>	<b>99.335</b>	<b>10.393</b>	<b>32.231</b>	<b>54.621</b>	<b>97.245</b>			

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Investco no montante original de R\$144.556, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos

...continuação

Lajeado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, está demonstrada a seguir:

	Quantidade de ações "ON"	% Participação	Quantidade de ações "PNA"	% Participação	Quantidade de ações "PNB"	% Participação	Quantidade Total de ações	% Participação total
EDP - Energias do Brasil	113.690.038	100,00%					113.690.038	55,86%
Governo do Estado de Tocantins			8.278.231	100,00%	8.278.231	4,07%		
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras	3	0,00%	81.549.616	100,00%	81.549.616	40,07%		
Outros	113.690,041	100,00%	81.549.620	100,00%	8.278.231	100,00%	203.517.892	100,00%

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

## 24.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Lucro a ser destinado</b>			
Lucro líquido apurado no exercício		341.480	348.890
		<b>341.480</b>	<b>348.890</b>

## Destinação do lucro

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos intermediários - JSCP		11	33.911
Dividendos complementares		11	113.450
Partes beneficiárias	24.3.1	94.148	94.899
Lucro do exercício a deliberar	24.3	159.971	164.053
		<b>341.480</b>	<b>348.890</b>

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos por ação PNA - JSCP		0.10491	0.10481
Dividendos por ação PNB - JSCP		0.11738	0.11738
Dividendos por ação ON - JSCP		0.11738	0.11738
Dividendos intermediários PNA		0.37426	0.37426
Dividendos intermediários PNB		0.52046	0.52046
Dividendos intermediários ON		0.52046	0.52046

De acordo com o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "B" têm as seguintes vantagens:

- (i) As ações preferenciais classe "A" gozam do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial classe "A", 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e

- (ii) As ações preferenciais classe "B" gozam do direito de:

- prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, no valor de R\$748; e
- recebimento de dividendo adicional, quando e no montante que o dividendo pago às ações ordinárias exceder o mínimo garantido às ações preferenciais classe "B", calculado por ação, sendo que o pagamento dos dividendo das ações preferenciais classe "B" é subordinado ao pagamento das ações preferenciais classe "A".

O Acordo de Acionistas celebrado com a Eletrobras prevê: (i) distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio; e (ii) garantia de rendimento à Eletrobras equivalente a 49,67% do lucro de cada exercício, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituídas, exceto a de investimentos.

## 24.3 Reservas

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Reservas de capital			
Partes beneficiárias	24.3.1	451.376	451.376
Ágio na incorporação de sociedade controladora	24.3.2	127.827	127.827
		<b>579.203</b>	<b>579.203</b>

## Reservas de lucros

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Legal		1.373	1.372
Dividendo adicional proposto	24.3.3	113.450	115.963
Total		<b>114.823</b>	<b>117.335</b>
		<b>694.026</b>	<b>696.538</b>

## 24.3.1 Partes beneficiárias

A Companhia, em AGE de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e (ii) 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Companhia, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.

Estas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, naquela data, pela Eletrobras.

O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,064% do total das ações emitidas pela Companhia (Artigo 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Companhia até o término do prazo de duração das partes beneficiárias.

O instrumento denominado partes beneficiárias cumpre com os itens 16C e 16D do CPC 39, e como tal, é classificado como um instrumento patrimonial.

Além do exposto, o item AG26 CPC 39 descreve que, quando as distribuições aos acionistas das ações preferenciais, cumulativas ou não, ocorre de acordo com o critério do emissor, as ações são instrumentos patrimoniais.

Assim, consideramos que ações ordinárias, ações preferenciais e partes beneficiárias devem ser classificadas como o mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características.

Durante a análise do CPC 48, no item 35, a Administração da Companhia entendeu que a distribuição deste instrumento patrimonial deve ser registrada diretamente no Patrimônio Líquido.

## 24.3.2 Ágio na incorporação de sociedade controladora

O valor do acervo líquido incorporado pela Companhia, no montante de R\$127.827, foi integralmente destinado à Reserva Especial de Ágio na Incorporação, registrado no Patrimônio líquido da Companhia na forma do disposto no artigo 6º da Instrução CVM nº 319/99, sem alteração, do montante do capital subscrito e integralizado (Nota 17.2.3.1).

## 24.3.3 Lucro do exercício a deliberar

Referem-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberado em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$15.963 foi distribuído como dividendos (Nota 11) conforme deliberação da AGO realizada em 29 de abril de 2024.

## 24.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, na controlada Investco, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Controladora		Saldo em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2024
Ganhos e (Perdas) atuariais: Benefícios pós-emprego da controlada			498	(43)	455
			<b>498</b>	<b>(43)</b>	<b>455</b>

## 25 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia e sua controlada, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e sua controlada são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e sua controlada reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia e sua controlada poderão vender a energia produzida na UHE Lajeado em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

- **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e reconhecida em base mensal conforme os contratos de arrendamento.

	Controladora		2024	2023





<tbl\_r cells="



